



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS – PORTUGUÊS -  
MODALIDADE A DISTÂNCIA

DANIELA MENDES DE ALMEIDA SILVA

**O TRABALHO COM VARIAÇÃO LINGUÍSTICA, NA EJA DO ENSINO MÉDIO,  
À LUZ DA BNCC**

CAMAÇARI

JUNHO DE 2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS – PORTUGUÊS -  
MODALIDADE A DISTÂNCIA

DANIELA MENDES DE ALMEIDA SILVA

**O TRABALHO COM VARIAÇÃO LINGUÍSTICA, NA EJA DO ENSINO MÉDIO,  
À LUZ DA BNCC**

Artigo apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras –  
Português - Modalidade a Distância da Universidade Federal da  
Paraíba, como requisito para a obtenção do grau de Licenciado  
em Letras.

**Prof. Me. Fernando Alves de Oliveira**

CAMAÇARI

JUNHO DE 2021

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

S586t Silva, Daniela Mendes de Almeida.

O trabalho com variação linguística, na EJA do Ensino Médio, à luz da BNCC / Daniela Mendes de Almeida Silva.  
-João Pessoa, 2021.  
29 f.

Orientador: Fernando Alves de Oliveira.  
TCC (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,  
2021.

1. Variação linguística - EJA(Ensino Médio). 2. Variação linguística-Educação de Jovens e Adultos. 3. Linguística-Base Nacional Comum Curricular (BNCC). I. Oliveira, Fernando Alves de. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU81'27

DANIELA MENDES DE ALMEIDA SILVA

**O TRABALHO COM VARIAÇÃO LINGUÍSTICA, NA EJA DO ENSINO  
MÉDIO, À LUZ DA BNCC**

Artigo apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras – Português - Modalidade a Distância da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Letras.

Data de aprovação: 16/06/2021

Banca examinadora:

---

Orientador:

Prof. Me. Fernando Alves de Oliveira

---

Examinador:

Prof. Dr. Jan Edson Rodrigues Leite

---

Examinador:

Prof. Dr. Jose Wellisten Abreu de Souza (DLPL-UEPB)

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	6
<b>2</b>	<b>VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: UMA REALIZAÇÃO SOCIAL DA LÍNGUA</b> .....	8
2.1	VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: DA NORMA AO PRECONCEITO.....	10
2.2	O PAPEL DA ESCOLA NO ENSINO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA.....	11
<b>3</b>	<b>A BNCC PARA O ENSINO DE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA</b> .....	12
<b>4</b>	<b>A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA EJA</b> .....	14
4.1	O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA E A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA EJA NO ENSINO MÉDIO .....	15
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	17
<b>6</b>	<b>ANÁLISE</b> .....	17
6.1	VARIAÇÃO .....	19
6.2	VARIEDADE .....	20
6.3	REGISTRO .....	22
6.4	ESTILO .....	23
6.5	DIALETO.....	23
6.6	MUDANÇA .....	24
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	25
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	26

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral discutir, na BNCC, como se dá a abordagem da variação linguística na EJA do Ensino Médio, verificando se e como aquele documento fomenta o ensino da variação linguística nesse nível de ensino. Adotamos como fundamentação a teoria variacionista de Labov (2008), as discussões sobre língua e poder na sociedade, além das reflexões sobre ensino em língua materna, de Bagno (2003; 2009) e Bortoni-Ricardo (2003; 2005). Nossa pesquisa é de caráter documental e viés indireto, qualitativa e aplicada e, para realizá-la, observamos a quantidade de ocorrências, na BNCC, dos termos “variação”, “variedade”, “registro”, “estilo”, “dialeto” e “mudança”, que classificam os tipos de variação linguística, segundo Bagno (2020, p. 46). Constatamos que, das 68 vezes em que esses termos aparecem no documento, apenas 16 estão relacionados à teoria variacionista, conforme as classificações e estudos teóricos que embasam nosso trabalho. Apesar de estarem registrados na seção voltada à área de Linguagens e suas Tecnologias, desses 16, apenas nove registros estão na parte voltada à língua portuguesa. Os resultados apontam para a necessidade de ampliar o espectro de abordagem da variação linguística na BNCC, sob pena de estarmos negando aos estudantes conhecimentos essenciais que os ajudarão a entender e a aceitar os seus e os demais modos de manifestações linguísticas, compreendendo a língua em toda a sua diversidade e dinamicidade.

**Palavras-chave:** BNCC; Ensino médio, Variação Linguística; EJA

## **ABSTRACT**

This research has as general objective to discuss, at BNCC, how the approach of linguistic variation in the Young and Older Adults Education modality in Secondary ou Post-elementary level akes place, verifying if and how that document promotes teaching of linguistic variation at this level of education. We adopted as a theoretical foundation the variationist theory of Labov (2008) and the discussions about language and power in society, in addition to reflections of Bagno (2003, 2009) and Bortoni-Ricardo (2003, 2005) on teaching of mother tongue. Our research is of an indirect, qualitative and applied documentary nature and, to carry it out, we observed the number of occurrences, in the BNCC, of the terms "variation", "variety", "record", "style", "dialect" and " change", which classify the types of linguistic variation, according to Bagno (2020, p. 46). We found that, of the 68 times these terms appears in the document, only 16 are related to variationist theory, according to the classifications and theoretical studies that support our work. Despite being registered in the section dedicated to the area of Languages and their Technologies, of these 16, only nine occurences are in the section dedicated to the Portuguese Language. The results point to the need to broaden the spectrum of approach to linguistic variation in BNCC, otherwise we are denying students essential knowledge that will help them understand and accept their and other modes of linguistic manifestations, understanding the language in all its diversity and dynamics.

**Keywords:** BNCC; Secondary ou Post-elementary level, Linguistic Variation; EJA

## 1 INTRODUÇÃO

O início da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é marcado por alguns questionamentos sobre temas vistos no decorrer do curso de formação. No que tange a esse trabalho em especial, surgiram diversos, e em áreas do conhecimento linguístico diferentes. Mas saber o que as leis que regem a Educação brasileira orientam para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no que se refere ao ensino variacionista da língua era sempre recorrente, pois nos trazia curiosidade e uma inquietação, vinda do preconceito (tanto dos profissionais de educação, quanto de cidadãos mais esclarecidos), observado na nossa convivência com pessoas que trabalhavam com esse público e da nossa experiência como usuária da língua e estudante de Letras. Perguntávamo-nos sempre: quais lacunas de formação têm os profissionais de educação que destilam preconceito e atitudes reprováveis em relação às variantes trazidas para a escola pelos alunos da EJA?

Nossa hipótese é que tais pessoas desconsideram a existência da variação linguística na língua materna, assim como as normativas que subsidiam o ensino e, por isso, desenvolvem entendimentos (e, conseqüentemente, atitudes preconceituosas) em relação às variedades que circulam na escola. Ignoram, também, que esse fenômeno linguístico está intrinsecamente ligado à construção sociocultural, problema que se potencializa quando se trata de profissionais da Educação, especialmente professores.

Entende-se, então, que é preciso deixar clara a necessidade de entendimento de que a variação linguística tem particularidades observáveis em várias línguas, sendo uma subárea da Sociolinguística. Essa área aborda os processos de diversificação e mudança que ocorrem no uso da fala, sempre dependendo de um contexto social, podendo ser por idade, gênero, localidade, situação econômica, escolaridade. Sua ocorrência é uma das maiores evidências de que a língua é mutável e heterogênea, portanto, precisa ser estudada e ensinada em seus mais diversos usos coletivos, sendo esta nossa motivação para eleger a variação linguística na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como objeto deste estudo. Em decorrência, estabelecemos como objetivo geral discutir, na BNCC, como se dá a abordagem da variação linguística na modalidade de ensino EJA no Ensino Médio.

Em outras palavras, intentamos verificar se e como aquele documento fomenta o ensino da variação linguística para a EJA no Ensino Médio, o que nos permitirá entender a forma como o documento diz que deve ser a abordagem do fenômeno na escola. E, para efetivar nosso trabalho de pesquisa, procedemos à análise da BNCC para mensurarmos,

através da contagem numérica das referências aos termos “variação”, “variedade”, “registro”, “estilo”, “mudança” e “dialeto” naquele normativo legal, a abrangência dada a esse fenômeno linguístico. Isso considerando que esses são alguns dos termos, pois, segundo Bagno (2020, p. 46), classificam os tipos de variação e variedade linguística para a Sociolinguística.

Nossa base teórica está fundamentada na relação de língua e poder dentro da sociedade brasileira, discutida por Bagno (2003, 2009); em Bortoni-Ricardo (2004, 2005), que enfatiza o ensino de língua materna; em Botelho (2014), que fala sobre o ensino da variação linguística em EJA; em Labov (2008), que lança as bases da Sociolinguística variacionista e em Arroyo (2003), que discorre sobre a história e sujeitos da EJA.

Tais pressupostos entendem a importância de se trabalhar a variação linguística para que não ocorra, se não abordado tal tema, discriminação e preconceito. Nessa perspectiva, defendemos que falar do ensino da língua no foco da variação linguística significa respeitar a língua e suas idiossincrasias, entendendo que a variação linguística é uma delas, pois é um comportamento visível da língua.

Vale salientar, ainda, que pesquisar na BNCC o favorecimento do ensino da variação da língua portuguesa na EJA é importante para a melhoria das aulas, considerando o desenvolvimento do aluno como cidadão apto na língua materna e do professor como mediador dos saberes. Assim como a escola é o ambiente mais propício a dirimir tais questões, uma vez que ela recebe um público advindo de diferentes comunidades de fala e é nela que o saber é orientado, trabalhado, discutido, aprendido, mediado.

Logo, esse espaço precisa: conhecer, uma necessidade legal; trabalhar, um ato de cidadania; respeitar, um ato de amor e reconhecer a variação linguística como um dos objetos de estudo da língua portuguesa, o que é essencial nesse sentido. Por isso, é importante que os discentes tenham uma formação linguística que os possibilite compreender a perspectiva variacionista em seus enunciados, pois há um público que ficou à margem, na época certa, do processo de educação básica.

Nesse contexto, as leis que regem a Educação brasileira têm papel essencial, sendo a principal a BNCC, escolhida como *corpus* de nossa pesquisa, por se tratar de um documento de caráter normativo, com vistas a assegurar o direito dos alunos a aprendizagens essenciais para a Educação Básica, em todas as modalidades de ensino, inclusive a EJA, como preconiza a BNCC: “[...] organização de currículos e propostas adequados às diferentes modalidades de ensino (Educação de Jovens e Adultos) [...]” (BRASIL, 2017, p. 17) em todo território brasileiro, aplicando-se à educação escolar. A proposta é de que o currículo seja o

mesmo, para que não haja distorções, diminuições, discriminações, visto que o Brasil é um país continental, com cultura diversificada e uma população concentrada no litoral e nas capitais<sup>1</sup>.

A organização desse texto apresenta-se da seguinte maneira: (1) Introdução - contextualização do tema, objetivo geral, metodologia, justificativa e referencial teórico; (2) Concepção social da variação linguística; (3) Visão panorâmica da BNCC - área de Linguagem, especificamente o ensino de língua portuguesa (4) O trabalho com variação linguística na EJA (5) Uma análise reflexiva sobre BNCC e o fomento à variação linguística; (6) Considerações finais - reflexões que ensejam uma sistematização dessa pesquisa.

## **2 VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: UMA REALIZAÇÃO SOCIAL DA LÍNGUA**

Tudo que se origina no social é passível de reconhecimento e ordenamento por parte do Estado. E é o que acontece com o idioma oficial do Brasil, a *Língua Portuguesa*<sup>2</sup>, que, nas palavras de Bagno (2003, p. 17), é parte “constitutiva da identidade individual e social”. O autor ainda considera “a língua como uma atividade social, como trabalho empreendido conjuntamente pelos falantes toda vez que se põem a interagir verbalmente, seja por meio da fala, seja por meio da escrita” (BAGNO, 2003, p. 19). Diante dessa afirmação, se reconhece a relação intrínseca entre língua e sociedade e a forma positiva como ela é ordenada.

Essa ligação é validada cientificamente a partir dos estudos sociolinguísticos, que remontam à década de 1960, quando o estadunidense William Labov pesquisou qual a relação que a língua tem com a sociedade e como essa sociedade a usa, a modifica. Ele se dedicou a investigar como se processa a variação e a mudança linguísticas em comunidades de fala. Surge, então, a “Sociolinguística Variacionista” ou “Teoria da Variação”, em oposição às perspectivas gerativista (CHOMSKY, 1981) e estruturalista (SAUSSURE, 2012), que encaravam a língua como um sistema homogêneo, uniforme, estático, podendo ser estudada na ausência de uma comunidade de fala (LABOV, 2008). Para esse autor, a

---

<sup>1</sup> Dados de estimativa populacional do IBGE para 2010 mostram que 21,9% da população está concentrada em 17 municípios, todas com mais de um milhão de habitantes, sendo 14 são capitais estaduais. (GUIMARÃES, 2020).

<sup>2</sup>(BRASIL, 1988) Art. 13 A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.

língua é um sistema heterogêneo, que considera o contexto social do falante. A Sociolinguística rechaça essa relação entre língua/homogeneidade e incorpora a ideia de variação sistemática motivada por pressões sociais que “continuamente operam sobre a língua”, (LABOV, 2008, p. 21) não devendo, pois, ser estudada fora do contexto social.

Na Sociolinguística Variacionista, a língua é estudada considerando o comportamento social de uma comunidade de fala que, segundo Bagno (2012, p. 62), “se dedica primordialmente ao conhecimento da língua, à descrição da língua, recorrendo a fatores sociais somente na medida em que eles auxiliam esta descrição”. Nessa concepção, para esse modelo teórico-metodológico, a comunidade de fala compartilha, sim, traços linguísticos que distinguem seu grupo de outros; não falam exatamente da mesma forma, mas fazem uso da linguagem, compartilhando normas e atitudes diante dessa. (LABOV, 2008, p. 225).

Os sociolinguistas descrevem a língua considerando as variáveis linguísticas internas e externas (extralinguísticas) que incidem, diretamente, na forma como o fenômeno linguístico acontece. As variáveis linguísticas observáveis e analisáveis podem ser de ordem interna, nos níveis da sintaxe, morfologia, semântica, discursivo, fonética, lexicó, dentro de um contexto. Assim, também, de ordem externa, que influenciavam em sua descrição. Segundo a teoria, nem todos falavam de maneira igual, uma vez que fatores como idade, gênero, localidade, profissão, escolaridade, situação econômica e estilística incidiam, diretamente, no modo de falar de cada indivíduo, deste para a comunidade e da comunidade para o indivíduo, explica Labov (2008).

Em Sociolinguística Variacionista, tais fatores foram categorizados por (i) variação diatópica ou regional, (ii) variação diastrática ou social, (iii) variação diafásica estilística ou de registro (monitoramento estilístico), (iv) variação diamésica ou língua falada e a língua escrita e (v) variação diacrônica ou mudança histórica (BAGNO, 2020, p. 46). Esse autor afirma que “dialeto é o modo característico de uso da língua num determinado lugar, região, província [...]” (BAGNO 2020, p. 48), sendo um termo usado pelos linguistas para designar o que a Sociolinguística chama de variedade.

Nesse mesmo diapasão, Weinreich, Labov e Herzog (2006) postulam que a mudança linguística não ocorre somente por causa dos fatores internos da língua, antes, apresenta relação direta com questões sociais, isto é, a interação convergente entre esses fatores em um determinado espaço e tempo, sendo mutável e heterogênea conforme a sociedade

A variação linguística, assim como a mudança, ocorre nas mais diversas línguas, nos mais diversos grupos e comunidades que estabelecem relações sociais, sendo uma

característica das línguas (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 71), inclusive, da língua portuguesa falada no Brasil. Os falares que se realizam no Norte, são diferentes do Sul, assim como os de um jovem e de um idoso. A língua muda também em relação à época da colônia e na contemporaneidade. Desse modo, a variação linguística se estabelece como realidade da nossa língua materna e ela reflete a cultura da sua comunidade de fala através de gerações (BORTONI-RICARDO, 2005). Por isso, não existe falar superior ou inferior, pior ou melhor (BAGNO, 2009, p. 67).

Segundo Antunes (2007, p. 104) “existem situações sociais diferentes; logo deve haver também padrões de uso da língua diferentes”. Para a pretensão de ensino da variação linguística é de se considerar que a fala antecede a escrita e, como tal, está presente antes mesmo da alfabetização (LABOV, 2008), pois tanto a criança, como o adulto, ambos, são aptos a usar a sua língua materna. Assim, para completarmos as discussões e melhor compreendermos a variação linguística, abordaremos, a seguir, essas diferenças de usos da língua que geram o preconceito linguístico.

## 2.1 VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: DA NORMA AO PRECONCEITO

Os estudos sociolinguísticos apontam para uma realidade linguística de preconceito com as camadas da sociedade que utilizam as variedades estigmatizadas (*norma popular*), menos prestigiadas. Geralmente, são pessoas que não tiveram acesso à escolarização formal. (BAGNO 2009). Essas pessoas são vítimas de preconceito linguístico por não fazerem uso das variedades prestigiadas (*norma-padrão*) que as camadas privilegiadas da população utilizam. Bagno (2003 p. 21) argumenta que esse preconceito se assenta na ideia, historicamente apregoada pelas “crenças e superstições que circulam na sociedade”, de que a língua, o português, é o por eles utilizados, ou seja, é o modelo idealizado de língua ‘certa’ descrito e prescrito pela tradição gramatical normativa (BAGNO, 2009, p. 9).

Fazer uso da língua diferente da que a classe economicamente e socialmente dominante utiliza é dito como impróprio, anormal, como afirma Bagno (2009). Corroborando com essa constatação sociolinguística do preconceito linguístico, Gomes (2009), assertivamente, comenta que:

nos acostumamos a achar que toda forma diferente das regras gramaticais contidas nos livros que estudamos são “erradas”. É fruto de uma tradição de tratamento da língua como um sistema rígido de leis a serem cumpridas, e aquele que não as cumpre é “julgado e condenado” por isso (GOMES, 2009, p. 76)

Diante do exposto, o preconceito linguístico é uma mistura de ignorância linguística e arrogância socioeconômica de uma elite escolarizada (BAGNO, 2003, p. 23) que deve ser combatido por vias de acesso à escola, pois segundo Bagno (2003), citado por Bortoni-Ricardo (2003, p. 37), “numa sociedade como a brasileira, em que a língua padrão é claramente associada à classe social [...], só poderá ter alguma oportunidade se for introduzida à cultura letrada por meio de processo escolar [...]”, pois, a escola é o lugar de excelência para o combate ao estigma e ao preconceito linguístico (BORTONI-RICARDO, 2005).

Desse modo, para compreender o que já mencionamos, partiremos para uma reflexão sobre a função da escola no ensino da variação linguística.

## 2.2 O PAPEL DA ESCOLA NO ENSINO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Fica clara, então, a importância da escola, instituição regida por documentos normativos que regulam, desde a gestão financeira escolar, até seus conteúdos. Esses documentos normativos, no que tange aos conteúdos pertinentes aos currículos básicos, devem garantir que o ensino de língua portuguesa englobe todas as suas variações. Nessa perspectiva, Bortoni-Ricardo (2005, p. 14) assevera que “a escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas”. E Bagno (2003, p. 8) afirma que a escola é “[...] fonte primordial do letramento<sup>3</sup> em nossa sociedade”. Por isso, as variações linguísticas podem e devem ser contempladas no ensino de língua portuguesa.

É necessário, ainda, que a escola compreenda a realidade linguística do seu aluno, pois, segundo Bortoni-Ricardo (2005, p. 75), “ao chegar à escola, a criança, o jovem ou o adulto já são usuários competentes de sua língua materna”. Isso implica em um ensino voltado ao respeito, que não impõe ao aluno que fale apenas conforme a norma padrão e ou norma culta da língua, em detrimento do seu falar, uma vez que seus saberes se constituem na oralidade, afirma a autora. Seu conhecimento de mundo advém de suas vivências com as

---

<sup>3</sup> Letramento é estado ou condição do indivíduo que, além de saber ler e escrever, exerce as práticas sociais de leitura e da escrita na sociedade em que vive, conjugando-as às práticas de sociais de interação oral. Ou seja, é aquele indivíduo que está em contato com as informações por meio da escrita. Ser letrado ultrapassa o grau de ser alfabetizado, pois todos os indivíduos podem ser considerados letrados, mesmo não sendo alfabetizados, por estarem inseridos na mesma cultura e serem possuidores de conhecimentos que lhes permitem criar estratégias próprias para realizar cálculos e, em alguns casos, decifrar letras e palavras, para entender o que necessitam, sem terem passado pelo ensino formal (BORTONI-RICARDO, 2004; MOLLICA, 2009)

mais diversas formas de linguagem (FREIRE, 1996), mas antes, como preceitua Bortoni-Ricardo (2005, p. 75), “têm de ampliar a gama de seus recursos comunicativos”, visto que “nenhum falante usa mal a sua língua materna” (BORTONI-RICARDO 2005, p. 74).

O ensino das outras variedades que a língua portuguesa apresenta, desmitifica o mito de fala “correta” e fala “errada” e não estigmatização e preconceito linguístico. E o trabalho da escola e professor devem visar à desmistificação e à conscientização do aluno de que as diferenças existentes entre seu modo de falar e o encontrado na escola podem ser explicadas pelo próprio sistema e processo evolutivo da língua, sendo previstas e trabalhadas em uma abordagem sistêmica (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 199) e que seus falares não são “erros”, são variedades linguística adquiridas nas suas comunidades de fala e que a escola proporcionará o aprendizado uma outra variedade a qual ele ainda não foi exposto (BORTONI-RICARDO, 2005) .

Para Bortoni- Ricardo (2005), a escola, como lugar de quebra de paradigmas sociais, deve abarcar em seus projetos pedagógicos, ações, (quer seja por disciplina, quer seja por temas transversais), que rompam e desestremem o objetivo econômico que se impõe a privilegiar a norma culta ou norma padrão da língua, para o interesse mercadológico. Ademais, é preciso considerar que a educação se direciona para o mercado trabalhista, com vistas a desenvolver habilidades e competências para o mercado de produção de capital. (MÉSZÁROS, 2008).

Portanto, uma vez que a variação linguística reflete a heterogeneidade e a dinamicidade da sociedade e, por motivos de discriminação, preconceitos sócio-econômicos-culturais, trabalhá-la em sala de aula é indicado, também, nos documentos normativos da Educação brasileira, a exemplo da BNCC. Assim, saber qual o direcionamento a BNCC dá para o ensino da variação linguística na EJA do ensino Médio, a seção seguinte se dispõe.

### **3 A BNCC E O ENSINO DE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA**

O alicerce que fundamenta, no ordenamento jurídico brasileiro, a BNCC, é a portaria nº 1.570, que dá àquele instrumento caráter normativo. Seus fundamentos legais são: o artigo 210 da Constituição Federal; a LDB (Lei nº 9.394/1996), juntamente com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). A Base é orientada por princípios éticos, políticos e estéticos que objetivam à formação humana integral e à construção de uma sociedade democrática e

equitativa. Seu objeto maior é assegurar “direitos de aprendizagens” (BRASIL, 2017, p. 5) a todos, isto é, garantir que os alunos matriculados em escolas públicas ou particulares, sem distinção em qualquer região do país, tenham as mesmas “aprendizagens essenciais e desenvolvimento” (BRASIL, 2017, p. 7).

A BNCC tem por fundamentos pedagógicos o trabalho com competências, isto é, “mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2017, p. 8) e o compromisso com a educação integral, que contempla a formação e o desenvolvimento global dos indivíduos nas dimensões afetivas e cognitivas. Assim, segundo a Base, a escola é o espaço de inclusão, promove igualdade educacional e social (BRASIL, 2017).

A BNCC, através dessas competências, dirige o que cada indivíduo, conforme seu ensino, série e modalidade, deverá saber ao final de cada ciclo de ensino: Ensino Fundamental séries iniciais; Ensino Fundamental séries finais e Ensino Médio e nas diversas outras modalidades de ensino, por exemplo, a EJA, que tem por público “[...] as pessoas que não puderam estudar ou completar sua escolaridade na idade própria [...]” (BRASIL, 2017, p. 16).

Nesse contexto, a BNCC enfatiza uma educação voltada para a pluralidade e diversidade, em respeito às singularidades que devem ser consideradas e atendidas, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais (BRASIL, 2017). Segundo DE OLIVEIRA (2019, p. 8), é “uma necessidade do mundo contemporâneo no que se refere ao fazer pedagógico, especialmente no trabalho com linguagens em sala de aula, que deve considerar a língua em uso [...]”. Nessa perspectiva, a BNCC deve contemplar e refletir as diversas variedades que produzem a variação linguística nos usos dos falantes na língua materna, uma vez que, segundo Bagno (2009), a língua é fruto das dinâmicas heterogêneas da sociedade.

A BNCC para o Ensino Médio está organizada em componentes curriculares, eixos, e habilidades a serem desenvolvidas em quatro áreas de conhecimento – Matemática e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Linguagens e suas Tecnologias. Nessa última, o componente língua portuguesa está dividido em cinco campos de atuação: da vida pessoal, da vida pública, das práticas de estudo e pesquisa, além de artístico-literário e jornalístico-midiático. Além desses, existe uma seção “todos os campos de atuação social” que traz a intersecção entre aqueles.

O componente de língua portuguesa é o ponto crucial para a abordagem aqui pretendida, voltada para EJA, visto que esse componente curricular aborda as aprendizagens essenciais na língua materna, pois proporciona ao estudante, a habilidade de dominar certos usos especializados da língua (BORTONI-RICARDO, 2004). Assim, discutiremos na seção seguinte como deve ser o trabalho na EJA com a variação linguística.

#### **4 A VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA EJA**

Com a promulgação da Carta Magna, em 1988, a Educação de Jovens e Adultos tornou-se um direito de todos e um dever do estado. Mas foi com a LDB que a EJA se transformou em modalidade de ensino da educação básica. O Parecer 11/2000 forneceu, primeiramente, a oferta e organização dessa modalidade, estabelecendo as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação de Jovens e Adultos – DCN EJA que, em escopo, fornecem funções que se convergem para uma transformação de cenários a saber: reparadora (recupera o direito negado), equalizadora (recupera o direito a igualdade de acesso escolar) e qualificadora (recupera o direito de aprender), conforme Carneiro (2015). Nesse sentido, Arroyo (2003, p. 79) reitera que “a educação não é uma pré-condição da democracia e da participação, mas é parte, fruto e expressão do processo de sua constituição”.

A partir dessa conceituação filosófica, as propostas de currículos para EJA no ensino de língua portuguesa devem conferir a totalidade de necessidades deste público, que precisa da escola para compreender melhor seu lugar no mundo e, assim, ocupá-lo, valorizando “os conhecimentos que a escola possibilita, os quais são diferentes dos saberes construídos ao longo da vida” (MENEZES, 2018, p. 49).

Essa população, que é composta por sujeitos que fazem parte das camadas sociais economicamente menos favorecidas pela sociedade, são da zona rural, ribeirinhos, donas de casa; muitos nunca frequentaram uma escola; outros, por diversos motivos, abandonaram a sala de aula, porém, todos fazem uso da oralidade em suas práticas sociais, quer seja em casa, trabalho, centros religiosos, comunidade etc. (BAGNO, 2009). Portanto, o ensino de língua portuguesa deve contemplar tais especificidades no momento de trabalhar com as variações linguísticas desses alunos. É o que discutiremos, a seguir, para melhor compreendermos essa abordagem no ensino de língua materna.

#### 4.1 O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA E A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA EJA NO ENSINO MÉDIO

O ser humano, ao fazer uso da língua, realiza ações, age e atua sobre seu interlocutor, de maneira tal que a linguagem é o lugar de interação humana por excelência. Nessa interação comunicativa se produzem efeitos de sentido entre interlocutores, em uma dada situação de comunicação e em um contexto sócio histórico e ideológico. (BORTONI-RICARDO, 2005).

Nessa perspectiva, ensinar língua portuguesa na EJA evidencia a relação que se estabelece entre sujeito e sociedade, essa, letrada, aquele, mesmo não alfabetizado<sup>4</sup>, convive com limitações, pois apesar de sua bagagem de conhecimento de mundo, sua cidadania não é plena (TFOUNI, 2006).

O desafio de ensinar língua portuguesa na EJA se centra em adequar a realidade de fala desse sujeito, que tem a tendência de reproduzir, na escrita, os sons da fala, às mais diversas formas que a língua portuguesa se apresenta – tanto na fala e escrita – (TFOUNI, 2006, p. 19), sem perder a identidade cultural e colaborar para uma ressignificação do seu conhecimento, a fim de adquirir autonomia no uso da língua materna; em incluir socialmente e economicamente, esse público, aos bens de consumo cultural (BAGNO, 2003). Por essa razão, o professor, como mediador “do que se sabe e do se pretende saber” (FREIRE, 1996), deve estar apto a inter-relacionar a realidade social com a realidade linguística do aluno da EJA.

O professor de língua portuguesa que se debruça no ensino na EJA deverá ter uma relação dialógica com os sujeitos jovens e adultos. Acerca disso, Aldrigue e Faria (2014, p. 213) enfatizam a necessidade de que o professor, no seu processo didático, “perceba os efeitos de sua atuação na aprendizagem de seus alunos”. Bortoni-Ricardo (2005) também aborda a necessidade de reconhecimento dos saberes prévios e da leitura de mundo e, especialmente, de reconhecer e conhecer que “[...] lidam com alunos que têm acesso muito limitado a norma culta em seu ambiente social [...]” e “[...] são falantes de variedades populares estigmatizadas” (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 53).

Para o ensino de língua portuguesa na EJA, o educador deve se atentar para o ensino de língua que contemple as peculiaridades do sujeito, ao passo que o educador, conhecendo

---

<sup>4</sup> “Em seu sentido próprio específico: processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e escrita[...]” (SOARES, 2017, p 16).

essas peculiaridades, as suas especificidades, melhora com a prática pedagógica, como assevera Arroyo (2006):

[...] um dos traços da formação dos educadores de jovens e adultos tem de ser conhecer as especificidades do que é ser jovem do que é ser adulto [...] e [...]. Não é qualquer jovem e adulto. São Jovens e adultos com rostos, com histórias, com cor, com trajetórias sócio-étnico-racial, do campo, da periferia [...]  
(ARROYO 2006, p. 22)

Outra marca da formação dos educadores é conhecer e reconhecer os falares desses jovens e adultos; isso se torna possível quando se trabalha a língua portuguesa considerando a perspectiva variacionista (BORTONI-RICARDO, 2005).

Nesse mesmo sentido, Bortoni-Ricardo (2005) afirma que, para estudá-la, é indispensável que se levem em conta as variáveis extralinguísticas – socioeconômicas e históricas. É desejável que elas sejam consideradas no currículo pedagógico a partir das escutas das narrativas orais desse aluno, pois contribuem, significativamente, para o processo de ensino aprendizagem, promovem interações sociais de respeito e cidadania. Destarte, Andrade e Santos (2017) afirmam que:

Através da escuta, leitura visual das narrativas, utilizando de todos os saberes e fazeres que estas proporcionam, o professor terá diversas possibilidades para trabalhar os conteúdos escolares, como por exemplo, a partir do texto oral e textual das narrativas, trabalhar a leitura e a oralidade, tendo propósito também, aproximar o cotidiano dos sujeitos e valorizar a sua cultura. (ANDRADE E SANTOS, 2017, p. 273).

Acessar os meandros da língua para esses alunos é o que lhes dará condições de transformação social, uma vez que a língua é uma “arma” do ponto de vista simbólico cultural (BAGNO, 2003), considerando, ainda, que o ensino da variação linguística contribui para uma diminuição na discriminação dos falantes de variedades populares e, conseqüentemente, para a forma da relação dos bens de consumo e culturais (BORTONI-RICARDO, 2005).

Portanto, pesquisar na BNCC as ocorrências de variação no Português Brasileiro, requer conhecimento adequado dessa realidade de ensino em língua portuguesa e planos pedagógicos que reflitam o comprometimento com um ensino da língua portuguesa e suas idiossincrasias.

## 5 METODOLOGIA

Para que esta pesquisa fosse realizada, traçamos um caminho que possibilitasse responder à indagação: quais lacunas de formação têm os profissionais de educação que praticam preconceito e atitudes reprováveis em relação às variantes trazidas para a escola pelos alunos da EJA? Para responder a tal problema, buscamos nos documentos normativos para o fomento da educação o que eles dizem a esse respeito. Foi assim que escolhemos a BNCC, visto ser o mais atual documento normativo da Educação brasileira.

Diante dessa escolha, selecionamos autores que trouxessem à tona a discussão sobre o ensino da variação linguística na EJA e o preconceito linguístico. Então, recorremos a Labov (2008), Bagno (2003) e Ricardo Bortoni (2005), que nos direcionaram para os melhores conceitos, concepções e nos proporcionaram uma visão mais reflexiva sobre nossa proposta. Botelho (2014) e Arroyo (2003) nos deram suporte desse apanhado teórico, aplicando-se a técnica documentação indireta. Tal procedimento nos direcionou para a elaboração de um ponto de vista teórico.

Através da leitura de Labov (2008), Bagno (2003) e Bortoni-Ricardo (2005), entendemos que a variação linguística ocorre, isto é, é um fato linguístico real da língua, pois a língua é mutável, heterogênea e social e que ensinar a língua nessa perspectiva variacionista dá ao sujeito uma competência linguística. Através da leitura de Arroyo (2003), compreendemos quem são os sujeitos da EJA, suas desventuras de vida e seus anseios ao chegar à escola.

Com todo esse aparato teórico conceitual, decidimos fazer uma busca quantitativa na BNCC das palavras-chave “variação”, “variedade”, “registro”, “estilo”, “dialeto” e “mudança”, uma vez que são termos que caracterizam os tipos de variedades e variação linguística (BAGNO, 2020). Intentamos discutir se e como é fomentado o ensino da variação linguística na EJA do Ensino Médio na perspectiva variacionista de língua. Cremos que essa contagem seja significativa no sentido de revelar as prioridades do documento.

## 6 ANÁLISE

A sociolinguística envolve conceitos como “variação”, “variedade”, “registro” “estilo”, “dialeto” e “mudança”, que, segundo Bagno (2020), classificam e caracterizam a variação linguística de acordo com o contexto de fala, região, preferências pessoais, aspectos linguísticos. Esses termos conceituais, objeto de nossa análise na BNCC, devem ser

admitidos, explicados e explicitados, uma vez que o ensino da língua portuguesa na perspectiva variacionista não é uma invenção moderna dos estudiosos de Linguística para viabilizar “erros” da língua dos falantes que não tiveram “estudo”, mas a língua é uma instituição social, sofre influência dessa, mudando e variando, conforme uso dos seus falantes (BAGNO, 2009).

No total, os termos que selecionamos foram computados 68 vezes na BNCC. “Variação” é citado 16 vezes, ao passo que “variedade”, 15; “registro”, 18; “estilo”, oito; “dialeto”, uma e “mudança”, 10 vezes. Desses, apenas 16 estão relacionados à teoria variacionista como estudamos aqui, todos na seção voltada à área de Linguagens e suas Tecnologias. Somente nove estão na parte voltada à língua portuguesa.

Na maioria (53), as referências não têm relação com a teoria da variação, mas com assuntos como “Grandeza e Proporção”, “Modo de viver”, “Tempo e Espaço”, no contexto da matemática, biologia, história, dentre outros componentes curriculares e em variadas seções do texto da BNCC.

A partir da análise feita, conforme os objetivos estabelecidos nessa pesquisa, verificamos que há ocorrência de todos os termos, tanto na parte geral da BNCC, como na seção de Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologia e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, além de, obviamente, na de Linguagens e suas Tecnologias (componente curricular língua portuguesa).

Vale ressaltar que a BNCC trabalha com a o conceito de competências, habilidades. Porém, constatamos que ela somente traz uma competência específica, número 4 (dentre as setes previstas para a área de Linguagem e suas Tecnologias) que evidencia, tanto a necessidade de trabalhar a variação linguística, como o preconceito advindo do não estudo desta:

Compreender as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-as e vivenciando-as como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como respeitando as variedades linguísticas e agindo no enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2017, p. 481).

As habilidades que estão ligadas à competência número 4 aparecem somente no componente curricular língua portuguesa, na seção “todos os campos de atuação social”.

A seguir, apresenta-se a análise por cada palavra-chave buscada no documento da BNCC e que mantém relação com a teoria da variação.

## 6.1 VARIAÇÃO

O termo “variação” é citado três vezes na área de Linguagem e suas Tecnologias no componente língua portuguesa. Nos três casos, a palavra aparece ligada ao nome “linguística”, ou seja, a variação linguística como fenômeno social e heterogêneo, nos moldes de Labov (2008, p. 313).

A primeira ocorrência é citada na explicação da competência específica número 4. O termo explica que a língua deve ser estudada segundo o “fenômeno da variação linguística [...]” (BNCC, 2017, p 486). A segunda e terceira ocorrências se dão na seção “todos os campos de atuação social”, em uma única habilidade, e estão ligadas diretamente à competência número 4. Nessas ocorrências, o termo “variação” é empregado no sentido de fazer com que o aluno desenvolva a habilidade de analisar o fenômeno variação linguística nos seus diversos níveis e variedades a fim de saber combater o preconceito linguístico (BNCC, 2017).

Apesar de privilegiar o termo na perspectiva sociolinguística, cremos que deveria haver mais termos referentes a perspectiva variacionista e, conseqüentemente, mais habilidades relacionadas à competência número 4. Isso denota pouco reconhecimento, por parte dos elaboradores da BNCC, da relevância que os estudos na área conferem ao estudo da língua materna, considerando os diversos falares que ocorrem no país, a forma diferente de falar dos jovens, adultos e idosos e ainda que a variação ocorre nos diversos nichos da sociedade e profissões, sendo reflexo da pluralidade cultural que temos no Brasil. Para além das implicações sociais que estão adjacentes ao fato de que o aluno, enquanto sujeito, tem direito a acessar ao bem simbólico, que é a língua e o que ela pode oferecer.

Ora, aqui há um paradoxo no que tange a viabilizar conhecimento específico sobre a língua como fenômeno linguístico certo, visível e heterogêneo, que contribui para o desenvolvimento integral do aluno em suas atuações sociais e que amplia o potencial linguístico do indivíduo, assim como combater o preconceito linguístico, uma vez que o termo “variação” somente é citado três vezes e, dessas, duas em uma mesma habilidade.

As demais citações (12) referentes ao termo “variação” ocorrem na área de Matemática e suas Tecnologias, todas ligadas a conceitos matemáticos e suas classificações que organizam, em grupos, os conceitos, as propriedades e as definições (BNCC, 2017, p. 520). Com isso, a BNCC pode perder em qualidade de ensino que vise proporcionar aprendizagens essenciais para língua materna, considerando o fato de, havendo mais

habilidades com o termo variação, o aluno do Ensino Médio desenvolverá mais competências linguísticas que garantam desempenhos linguísticos para sua atuação na vida.

## 6.2 VARIEDADE

O termo “variedade” é contabilizado 15 vezes, entre suas desinências singular e plural. No sentido restrito aqui estudado - variedade linguística sendo, segundo afirma Bagno (2020), uma característica da língua portuguesa - é citado na BNCC somente nove, das 15 vezes.

Dessas nove, quatro estão na descrição e explicação da competência específica número 4. Dessas quatro, uma é a repetição da descrição da competência que estabelece tanto a compreensão, quanto o respeito da variação linguística para o enfrentamento do “preconceito de qualquer natureza” (BNCC, 2017, p. 486). Ou seja, há repetição no mesmo sentido. Embora o termo, nessas citações, faça jus à variedade linguística como os “muitos modos de falar” (BAGNO, 2020, p. 47), não considera que o preconceito é linguístico. No momento ideal de se tratar o tema, que é caracterizado pelo não reconhecimento desses muitos modos de falares, a BNCC não o faz, ela abrange o conceito de preconceito e não pormenoriza que existe o linguístico. Segundo Bagno (2009, p. 23) ele “é ‘invisível’, no sentido de que quase ninguém se apercebe dele, quase ninguém fala dele [...]”.

Outro ponto a se destacar, ainda na competência número 4, é a generalidade com a qual é tratada a questão, não se especificando a língua portuguesa, mas dando ênfase a outras línguas de maneira global: “[...] mas como fenômeno marcado pela heterogeneidade e variedade de registros, dialetos, idioletos, estilizações e usos muito variados de outras línguas em âmbito global [...]” (BRASIL, 2017, p. 486). Quem lê esse trecho e não tem conhecimento da teoria variacionista entende que é um fenômeno exclusivo das outras línguas (língua inglesa, em especial) e que, na língua portuguesa falada e escrita no Brasil, isso não acontece.

Ora, a BNCC é o documento de base para os currículos escolares, direciona os conteúdos que os professores de Norte a Sul do país irão desenvolver com seus alunos sendo que, no espaço reservado para explicar a competência que trata do fenômeno linguístico, não explicita literalmente a língua portuguesa e nem o preconceito linguístico, partes integrantes dessas questões.

As outras três citações relativas à teoria da variação, são encontradas no descritivo de somente duas habilidades, na seção “todos os campos de atuação social”. Na primeira, o

termo “variedade” é empregado para fomentar a produção e análise de textos orais, considerando a adequação no contexto de produção. De forma prática, a BNCC trabalha o termo em condição que evidencia o fenômeno variação linguística para o ensino da língua portuguesa no Ensino Médio.

Assertivamente, a BNCC cita o termo que estabelece vínculo com a teoria variacionista, pois o aluno do Ensino Médio deve desenvolver sua competência linguística nos mais diversos gêneros textuais. Para além disso, direciona de que forma isso se concretizará na sua prática de aprendizagens. Em outras palavras, qual léxico empregará, quem será o interlocutor, em qual região e quão monitorado será o estilo. Esses estão entre os aspectos variacionistas que darão base para o aluno em sua prática linguística.

Já as duas outras ocorrências aparecem na mesma habilidade, sendo essa a única que traz, detalhadamente, os aspectos que envolvem a teoria variacionista, assim como o preconceito linguístico, porém de forma analítica conceitual, pois emprega o verbo “analisar”. “Analisar o fenômeno linguístico em seus aspectos e características para que o aluno respeite e ‘compreenda a natureza viva e dinâmica da língua’” (BNCC, 2017, p. 500).

A 1ª e 3ª citações do termo ocorrem na parte geral da área de Linguagem e suas Tecnologias, na qual “variedade” é utilizado no sentido de “muitas outras” e não há relação com o termo aqui estudado. Na 2ª e 9ª ocorrências, que aparecem na parte geral e seção “todos os campos de atuação social”, respectivamente, “variedade” está ligada ao conceito de variedade linguística como uma característica da língua em suas comunidades de fala, entretanto relativo à língua inglesa e não à língua portuguesa. Aqui, mais uma vez, a BNCC não privilegia a língua portuguesa para uma explicação conceitual teórica que abarca a perspectiva variacionista, visto o método sociolinguístico de estudo analisar a língua em sua comunidade de fala, como bem detalhou Labov (2008).

No entanto, há uma ressalva na 10ª citação de “variedade”, pois nela não aparece a indicação da competência número 4, específica para o estudo da língua na instância social e heterogênea. Consta variedade linguística no seu aspecto notacional “ortografia padrão, pontuação adequada, mecanismos de concordância nominal e verbal, regência verbal etc.” (BNCC, 2017, p. 500). Ora, os aspectos notacionais explicitados pela BNCC estão no descritivo da habilidade que implementa a produção de textos escritos, como se essa variedade da língua escrita e esses aspectos existissem à parte das demais variedades linguísticas aqui já discutidas.

A 14ª citação aparece no campo de atuação artístico-literário, no sentido de “tipos”, pois os substantivos “tipos” e “variedades”, para o contexto em que aparecem no texto da

BNCC, são sinônimos. Podemos afirmar que é, também, um exemplo de variação lexical, pois segundo Bagno (2020, p. 39), a variação lexical “se refere todas à mesma coisa”, mas sem relação teórica conceitual alguma com a variedade linguística existente na nossa língua materna. Nesse mesmo diapasão, acontece a 15ª citação, que ocorre numa nota de rodapé na área de Matemática e suas Tecnologias, explicando sobre o letramento matemático.

### 6.3 REGISTRO

O termo “registro”, que é empregado na sociolinguística para “designar a variação presente na fala de um indivíduo segundo a situação em que se encontra (BAGNO, 2020, p. 44), foi verificado 18 vezes. A 1ª ocorre na parte geral da BNCC, na qual é empregado como dado que deve ser anotado com fins de avaliação, sem relação com a perspectiva variacionista.

Na 2ª e 3ª ocorrências, aparece na área de Linguagem e suas Tecnologias, no descritivo da competência específica número 4. É citado referindo-se à variação linguística que cada indivíduo usa em um determinado contexto da fala. Vale ressaltar que a BNCC relaciona “registro” a “uso”, o que corrobora o entendimento e a compreensão de que a variação linguística ocorre de forma prática e social.

Entretanto, fica somente no descritivo, não aparece em nenhuma habilidade que deva ser desenvolvida, o que seria importante, visto ser a habilidade que se dá a concretização da competência. Como o aluno conseguirá fazer uso do melhor repertório linguístico diante da situação de fala, se as aprendizagens essenciais para tal não foram trabalhadas em nenhuma habilidade? Apesar de citar o termo dentro dos estudos sociolinguísticos, a BNCC não os referendou nas habilidades.

As 4ª e 5ª citações aparecem na área de Linguagem e suas Tecnologias, no “campo de atuação da vida pessoal”, porém sem relação com o tema aqui estudado. Mais uma vez, o sentido é igual ao empregado na parte geral: dado a ser anotado. Já da 6ª até a 16ª citações ocorrem na área de Matemática e suas Tecnologias: 11 vezes. A 17ª e 18ª ocorrências são citadas, respectivamente, nas áreas de Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. O termo “registro” se refere ao ato ou efeito de registrar em 16 citações, que não contemplam a variação empregada pelo indivíduo.

## 6.4 ESTILO

O termo “estilo”, que na mesma designação de “registro”, se refere à variação empregada pelo indivíduo de dada situação (BAGNO, 2020), foi contado oito vezes na BNCC.

Para a área de Linguagem e suas Tecnologias, o termo é citado uma única vez, em uma habilidade do descritivo da competência número 4, que diz respeito ao aluno saber “empregar o estilo de língua mais adequado à situação comunicativa, ao (s) interlocutor (es) e ao gênero do discurso” (BNCC, 2017, p. 486). Nesse sentido, o termo foi empregado na BNCC dentro da perspectiva variacionista, que entende “estilo” como uma variação linguística individual, na qual o indivíduo monitora sua fala segundo os aspectos situacionais.

Bortoni-Ricardo (2005) afirma que esses aspectos fazem com que o indivíduo tenha mais atenção, monitoramento estilístico, na sua fala. A partir da fala da autora, entende-se que a BNCC, quando cita uma única vez um termo tão rico em informações e conceitos, que podem contribuir na melhor adequação linguística do aluno do Ensino Médio em suas práticas sociais, não expressa a importância que o termo “estilo” tem no ensino de língua materna. Ainda segundo Bortoni-Ricardo (2005. p. 51), a “implementação de estilos monitorados no repertório de uma pessoa vai depender dos recursos que lhe viabilizem as diversas tarefa comunicativas relacionadas com os papéis sociais que ela assume em seu grupo social’. Esses recursos devem ser oferecidos mediante currículo que oportunize tais aprendizagens, mas como isso se dará, uma vez que a BNCC não privilegia, o termo “registro” na perspectiva variacionista da língua?

As demais ocorrências, sete, estão distribuídas na parte geral e na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, no sentido de “modo de vida”, e no de campo de atuação artístico-literário, no sentido de “estilo como característica individual literária do autor” (BRASIL 2017, p. 516).

Esse levantamento nos sugere pouca preocupação, por parte da BNCC, de que o aluno do Ensino Médio desenvolva habilidades que envolvam a variação linguística que os levem a uma competência linguística, adequando o seu conhecimento linguístico à situação social.

## 6.5 DIALETO

“Dialeto” designa a variedade linguística empregada em determinado lugar ou região (BAGNO, 2020, p. 48). Esse termo foi citado na BNCC somente uma única vez, na explicação da competência específica número 4. Com um país tão regionalizado, onde os jovens e adultos falam de maneiras variadas do Norte a Sul, fazem usos de diversas variações e variedades linguísticas em suas atuações sociais, a BNCC não estimular, desenvolver, reconhecer e conhecer essa realidade linguística pode contribuir com a estigmatização dos falares regionais, levando os alunos do Ensino Médio a um preconceito linguístico que segrega e intimida para uma atuação social, profissional.

## 6.6 MUDANÇA

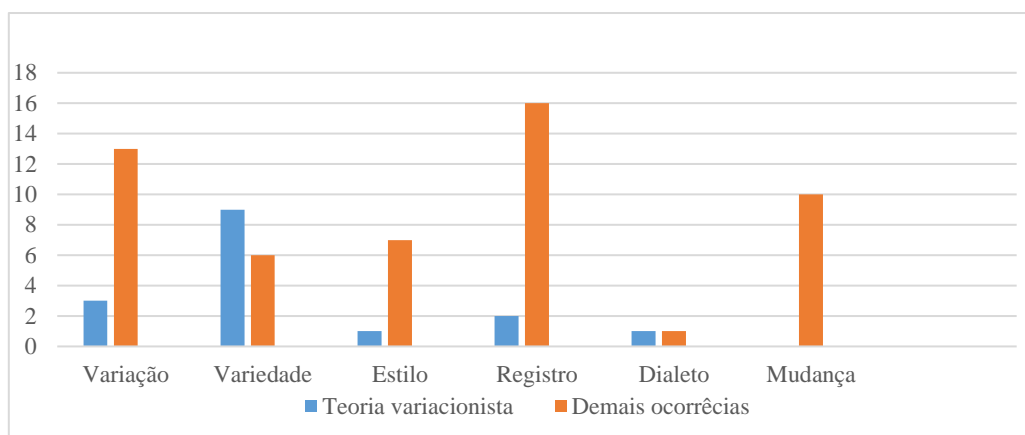
Quando nos referimos à variação da língua ao longo do tempo e do espaço, estamos dizendo que a língua é mutável e heterogênea. Sendo o resultado das interações sociais, “fruto das ações coletivas de seus falantes” (BAGNO, 2020, p.168), é na convergência dos fatores internos e externos à língua que a mudança se estabelece. A língua portuguesa muda, varia, assim como qualquer outra língua natural, por isso, o termo “mudança” é, também, objeto de contagem da nossa pesquisa.

Esse termo foi citado na BNCC dez vezes, sendo nove distribuídas entre a parte geral e na área de Matemática e suas Tecnologias, sem ligação alguma com a teoria variacionista, apesar de haver um registro na área de Linguagem e suas Tecnologias, no campo das práticas de estudo e pesquisa. Nesse caso, a BNCC (2017, p. 507) informa que a língua e a linguagem, ambas, devem ser compreendidas no contexto sócio histórico, portanto, passíveis de interpretação e mudança. Apesar da alusão à mudança linguística, esse termo ainda não trata da variação diacrônica da língua.

Essa realidade denota pouco reconhecimento e conhecimento de que a língua é viva, muda, varia, visto o estudo de mudança na língua ser um fenômeno social e linguístico que explica as variedades e variação que se usavam e que não se usam mais, e as que surgem, dando dinamicidade às línguas. No plano axiológico, não citar “mudança” é não compreender a historicidade da língua.

A figura abaixo deixa mais visível a relação que se pode estabelecer entre a quantidade de vezes que todos os termos ora analisados aparecem na perspectiva variacionista da língua e demais ocorrências, na BNCC.

**Figura 1 – Ocorrências dos termos na BNCC para termos da teoria variacionista**



Fonte: a autora, 2021

Diante do exposto, fica evidente, pela quantidade de vezes que os termos são citados, que há pouco ou nenhum fomento por parte da BNCC para que o aluno do Ensino Médio, ao final do ciclo, esteja apto a fazer uso das variedades linguísticas que nosso Português Brasileiro apresenta, exercendo competência linguística, se adequando ao contexto situacional de fala e escrita, exercendo seu direito inalienável a aprendizagens essenciais para o pleno desenvolvimento nos aspectos sociocultural e cognitivo-emocional.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, reafirmamos a importância que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio para língua portuguesa, na Educação de Jovens e Adultos (EJA), exerce no cenário da Educação no Brasil, uma vez que esse é o documento norteador dos conteúdos curriculares. Entretanto, entendemos que a variação linguística precisa, ainda, de aparato e estímulo das instâncias governamentais que instituem a educação; das instituições de ensino e de formação de professores e das que elaboram livros didáticos, e em especial na EJA, para que o seu ensino e uso promova condições reais de equidade, “democracia na distribuição justa de bens culturais, entre os quais a língua é o mais importante”. (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 15)

Há uma superficialidade na forma como a BNCC trata a teoria variacionista, visto que a quantidade de termos “variação”, “variedade”, “registro”, “estilo”, “dialeto” e “mudança” é insuficiente e não facilita as aprendizagens essenciais, uma vez que não faz sentido para o aluno do Ensino Médio da EJA desenvolver competências e habilidades, se não são trabalhadas nas suas realidades de vidas. São sujeitos que trazem consigo um histórico escolar de desventuras e preconceito. Com a teoria da variação, é possível trabalhar,

nas aulas de língua portuguesa, textos orais e escritos, assim como fazer análises linguísticas com os mais variados gêneros discursivos textuais que circulam e dizem respeito às práticas sociais desse sujeito.

Faz-se urgente ter na BNCC para língua portuguesa, habilidades e termos suficientes que favoreçam essa dinâmica educacional a partir da variação linguística, que apresentem ao aluno a língua e as idiossincrasias do seu modo de falar, para daí, então, incrementar outros modos de falares. Era o que a BNCC deveria ter incentivado e concretizado, no plano pedagógico: nortes para essas práticas assertivas.

Acreditamos que o ensino da variação linguística para a EJA é o próprio estudo da língua na sua dimensão social, pois envolve todos os aspectos indispensáveis para a Educação de Jovens e Adultos, uma vez que esta evoca todas as dimensões (sociocultural – cognitiva – econômica) do sujeito para concretizar o processo de aprendizagens que desenvolvem ao recorrer a escola para melhorar sua condição de vida em todos os aspectos supracitados. Portanto, cremos, também, que, ao concretizar essa pesquisa, contribuimos para uma discussão sobre a BNCC e a variação linguística no trabalho em língua portuguesa para EJA.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Eurácia Barreto de. (org.). **Educação de jovens, adultos e idosos: realidade, desafios e perspectivas do estágio supervisionado no curso de pedagogia**. Curitiba: CRV, 2017.

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática**: Por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo. Parábola: 2007.

ALDRIGUE, Ana Cristina de Sousa, FARIA, Evangelina Maria de Brito (org.). **Linguagens: usos e reflexões**. v.3. 2ª ed. João Pessoa. Editora da UFPB, 2014.

ARROYO, Miguel. Formar Educadoras e Educadores de Jovens e Adultos. In: SOARES, Leôncio. **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte, Autêntica, SECAD-MEC-UNESCO, 2006.

BAGNO, Marcos. **A norma Oculta: língua e poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Parábola, 2003.

BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. [recurso eletrônico]. 1ª ed. São Paulo: Parábola, 2012.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2009.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso** [recurso eletrônico]: **por uma pedagogia da variação linguística**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2020.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna**. São Paulo: Parábola, 2004.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola e agora?** Sociolinguística e Educação. São Paulo: Parábola, 2005.

BOTELHO, Sandra Helena Salgueiro. **A variedade padrão e a oralidade na EJA: uma abordagem sociolinguística e discursiva**. Manaus, 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de junho de 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm)>. Acesso em: 16 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação Nacional (LDBEN). Brasília, 20 dez. 1996.

BRASIL. Parecer CNE/CEB 11/2000 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Aprovado em 10 maio 2000. Publicada no **Diário Oficial da União** de 19/7/2000, Seção 1e, p. 18. Disponível em <[portal.mec.gov.br](http://portal.mec.gov.br)> Acesso em: 19. Jun 2021.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo**. 23. Ed. revista e ampliada. Vozes: Petrópolis, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

DE OLIVEIRA, Fernando Alves. **Oralidade em língua inglesa, no ensino fundamental, à luz da BNCC: um olhar reflexivo.** *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli*, Crato, v. 10, n. 1, p. 04 – 18, jan.-abr. 2021.

GOMES, Maria Lúcia de Castro. **Metodologia do ensino de língua portuguesa.** São Paulo: Saraiva, 2009.

GUIMARÃES, Carlos Alberto. **IBGE estima população do país em 211,8 milhões de habitantes.** Agência IBGE notícias. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia>>. Acesso em: 12.dez 2020

LABOV, Willian, **Padrões Sociolinguísticos.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Perreira Scherre, Carolina Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola. 2008 [1972].

MENEZES, Mônica Dantas de. **Da leitura de mundo à leitura da palavra: os impactos da conquista da alfabetização na vida dos jovens, adultos e idosos.** Monografia licenciatura UFRB/CFP. Amargosa 2018.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2008.

MOLLICA, Maria Cecília; LEAL, Marisa. **Letramento em EJA.** São Paulo: Parábola, 2009.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral.** 27 ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento.** 7. Ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Adultos não-alfabetizados em uma sociedade letrada.** São Paulo: Cortez, 2006.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Maevin I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística.** Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: parábola, 2006 [1975].



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS - PORTUGUÊS**  
**MODALIDADE A DISTÂNCIA**

**ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Ata da sessão pública da defesa do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC do(a) graduando(a) **Daniela Mendes de Almeida Silva**, do polo de apoio presencial de **Camaçari - BA**, vinculado à Universidade Federal da Paraíba. Aos dezesseis dias do mês de junho de dois mil e vinte um, reuniram-se por meio de videoconferência sediada em João Pessoa (PB), os membros da Banca Examinadora composta pelos(as) Prof. Me. Fernando Alves de Oliveira, Prof. PhD. Jan Edson Rodrigues Leite, Prof. Dr. José Wellisten Abreu de Souza e Prof. Dr. Cirineu Cecote Stein, sob a presidência do(a) primeiro(a), com o objetivo de proceder à avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **O trabalho com variação linguística, na EJA do ensino médio, à luz da BNCC**, submetido pelo(a) graduando(a) em cumprimento aos requisitos obrigatórios para a obtenção do grau de Licenciado(a) em Letras – Língua Portuguesa. Após a apresentação do trabalho, os(as) examinadores(as) reuniram-se para discutir e avaliar o trabalho. Em seguida, o(a) presidente comunicou ao(à) aluno(a) e demais presentes que foi atribuída ao TCC a média final 10,0, conforme cálculo na tabela abaixo. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, assinada pelos membros da Banca. João Pessoa, dezesseis de junho de dois mil e vinte um.

<b>Nota da Disciplina de TCC</b>	<b>Nota do(a) Orientador(a)</b>	<b>Nota da Banca Examinadora</b>	<b>Média Final</b>
(0 a 100)	(0 a 100)	(0 a 100)	(média simples)
100	100	100	100

*Fernando A. de Oliveira*  
 Prof. Me. Fernando Alves de Oliveira  
**Orientador(a)**

Prof. Dr. José Wellisten Abreu de Souza  
**Examinador(a) 2**

Prof. PhD. Jan Edson Rodrigues Leite  
**Examinador(a) 1**

Prof. Dr. Cirineu Cecote Stein  
**Suplente**